

-----**ACTA N.º 24/2007**-----

-----Aos cinco dias do mês de Dezembro de dois mil e sete, pelas quinze horas, no Salão Nobre dos Paços do Município de Celorico da Beira, reuniu ordinariamente a Câmara Municipal, sob a presidência do Senhor Presidente, José Francisco Gomes Monteiro, estando também presentes os Senhores Vereadores:-----

-----Hélder Bruno da Fonseca Gomes;-----

-----José Luís Saúde Cabral;-----

-----Rui Jorge Pinto Correia; -----

-----António Graça Silva. -----

-----A reunião foi secretariada por Margarida Maria Gonçalves Amaro, Técnica Superior de Segunda Classe. -----

-----Verificada a existência de quórum, o Senhor Presidente declarou aberta a reunião, procedendo à abertura de um período de “Antes da Ordem do Dia”, com quinze minutos de duração. -----

-----**ANTES DA ORDEM DO DIA**-----

-----Iniciados os trabalhos, o Senhor Presidente da Câmara questionou se algum dos Senhores Vereadores, tinha algum assunto a colocar perante o Executivo. -----

-----Relativamente à situação do Campo de Tiro, o Senhor **Vereador Rui Correia** referiu que tal como haviam alertado na altura, verificou-se que a tomada de força não tinha sido a melhor atitude, uma vez que o Tribunal vem agora dar razão ao Clube de Caça e Pesca.-----

-----Por possuir a documentação que instrui a providencia cautelar, através da sua análise conclui que a tomada de posição da autarquia foi

prematura. Perante este novo cenário gostaria de ser esclarecido pelo Executivo, uma vez que só conhece uma das versões. -----

-----Disse ainda, que aquando da reunião de Câmara onde tinha sido exposto este assunto e onde a Jurista da Autarquia fez uma exposição peremptória do assunto, ficaram conscientes de que a razão estava do lado da autarquia, pese embora considerassem que não deveriam resolver o assunto por via da força, mas sim pela via judicial. -----

-----Perante este volte face parece que a razão não era assim tão líquida, e como tal gostariam de saber quais os factos que levaram a esta tomada de decisão por parte do tribunal.-----

-----O Senhor **Presidente da Câmara** referiu que este Executivo sempre pautou a sua gestão pelo total cumprimento da lei, bem como das regras morais e éticas, sendo contra a aplicação da força e a favor da via judicial. -

-----No caso concreto é um processo que está a decorrer e que se iniciou não com uma tomada de força, uma vez que a outra parte sempre teve conhecimento dos actos praticados, e que, presentemente, foi alvo de uma providencia cautelar, da qual a autarquia pode recorrer ou deduzir oposição, dentro de um prazo legal estipulado pelo tribunal. -----

-----Continuou dizendo, que nada fizeram que não fosse dentro da legalidade, e nesta óptica irão deduzir oposição à providencia cautelar levantada pelo Clube de Caça e Pesca, e o Tribunal, na pessoa do Senhor Meritíssimo Juiz melhor o decidirá. -----

-----O Senhor **Vereador Rui Correia** disse que seria difícil rebater as situações alegadas na providência cautelar. -----

-----O Senhor **Vereador António Silva** disse que os Senhores Vereadores, em reunião de Câmara quando solicitaram esclarecimentos sobre este assunto, foram informados de todo o processo com clareza e transparência. Foram relatados todos os passos que tinham sido dados na

condução deste caso, tendo-se concluído que a autarquia não queria, nem quer prejudicar ninguém, tão pouco retirar o património a nenhuma instituição, pretendendo tão só cuidar do que é seu e colocar a funcionar uma infra-estrutura, que pertence a todos os Celoricensenses, dado tratar-se de património municipal. -----

-----Referiu que existe uma forte tentativa de politizar este assunto, contudo este Executivo sempre esteve aberto ao diálogo e pronto a receber os representantes do Clube de Caça e Pesca, para concertarem uma solução. Situação que nunca aconteceu, por manifesta falta de vontade da outra parte, que mesmo não querendo ser recebido pelo Executivo, poderia sempre deslocar-se às reuniões de Executivo, públicas, bem como às Assembleias Municipais para fazer valer o seu ponto de vista, o que nunca aconteceu. -----

-----Por último, referiu que os trâmites legais usados são perfeitamente normais e terão que ser analisados pela Justiça, na certeza de que o Executivo procedeu de boa fé e dentro da legalidade.-----

-----O Senhor **Vereador Rui Correia** reafirmou não ter a menor dúvida que efectivamente o Campo de Tiro é pertença da Câmara Municipal, só põe em causa a forma como foi conduzido o processo.-----

-----Questionou ainda o Senhor Presidente da Câmara, se a GNR tinha acompanhado, no local, a mudança de fechadura, porque tinha sido informado que tal não havia acontecido, pese embora tenha ficado relatado na acta da última reunião do Executivo a presença desta força policial.-----

-----O Senhor **Presidente da Câmara** disse que a GNR foi informada do acto e tal como foi dito na última reunião acompanhou o processo, no local. -----

-----O Senhor **Vereador José Luís Cabral** esclareceu que o Executivo está a trabalhar para que o património municipal não continue a ser

delapidado como o foi no passado e que seja devolvido a quem de direito, ou seja, os Celoricensenses. -----

-----O Senhor **Vereador Hélder Bruno** ainda sobre o assunto frisou que nunca esteve em causa a pertença do imóvel, mas sim a forma como foi feita a posse do mesmo, na altura alertaram para que o uso da força, poderia não ser a melhor opção e sensibilizaram o Executivo para partir para uma solução judicial. -----

-----Continuou dizendo que esta preocupação dos Vereadores da Oposição acabou por ser pertinente, face à actual decisão do tribunal. -----

-----O Senhor **Vereador Rui Correia** congratula-se com a abertura do cinema nesta Vila, depois de um ano de encerramento. Quanto ao Gimnodesportivo, após alguns prazos fixados para a sua reabertura, questionou o porquê de continuar encerrado. -----

-----Sobre a obra de intervenção junto ao Mercado Municipal perguntou, se as condutas iriam ser substituídas. -----

-----Respondendo às questões formuladas, o Senhor **Presidente da Câmara** disse que há zonas onde as condutas serão substituídas, noutras não, porque a tubagem já é em PVC. Sobre as obras do Gimnodesportivo, referiu que as mesmas estão a decorrer muito lentamente, mas a obra está praticamente concluída. A Câmara Municipal está a fazer tudo para não haver rupturas com o empreiteiro. A empresa está em dificuldade financeira o que faz com que o processo de conclusão dos trabalhos se atrase, mas espera que estes pequenos trabalhos se concluam o mais rápido possível. -----

-----O Senhor **Vereador Hélder Bruno** começou por fazer referência à rede social do Concelho e ao número significativo de pessoas em situação

de grande dependência que necessitam de cuidados diferenciados para os quais não existe oferta, em termos institucionais, na região.-----

-----Nesta óptica lança um repto ao Executivo no sentido de promoverem uma candidatura ao QREN para a criação de uma unidade de cuidados de saúde a pessoas com estas características, ou mesmo aproveitando a forte oferta no concelho em termos de IPSS'S, no sentido de estas criarem uma valência que permita administrar estes cuidados.-----

-----Respondendo ao Senhor Vereador o **Senhor Presidente da Câmara** disse que este Executivo tem apostado na área social, designadamente na rede social, com o intuito de dotar o concelho de infra-estruturas capazes de dar uma resposta qualitativa aos utentes, tendo encetado já várias candidaturas, sendo inclusive o concelho que mais candidaturas apresentaram nesta área. É preocupação do Executivo continuar a fazer este trabalho, depois de uma aposta, na construção do lar de Fornotelheiro que esteve na eminência de ser encerrado por não possuir condições de habitabilidade e segurança, na construção da ampliação do Lar de Vale de Azares para fazer face aos trabalhos iniciados na legislatura anterior, na construção da sede da Associação Lageosense de Solidariedade Social e na legalização de todas as IPSS de forma a obterem a licença de utilização nos termos da lei vigente, esperam ainda que, a candidatura ao programa PARES para o projecto do lar de Vila Boa do Mondego, se concretize.-----

-----**ORDEM DO DIA**-----

-----Por ter sido reconhecida a urgência de deliberação imediata sobre outros assuntos foi deliberado, por unanimidade, incluir na ordem de trabalhos os seguintes pontos:-----

-----**CRIAÇÃO DE EQUIPAS DE INTERVENÇÃO PERMANENTES (EIP'S);**-----

-----**LOJA Nº 13 SITA NO MERCADO MUNICIPAL;**-----

-----LOJA Nº 33 SITA NO MERCADO MUNICIPAL; -----

-----IGREJA PAROQUIAL DA RATOEIRA;-----

-----AVISO N.º 89/2007; -----

-----MAPA DE OBRAS PARTICULARES.-----

-----I - **APROVAÇÃO DA ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE VINTE E UM DE NOVEMBRO DE DOIS MIL E SETE**-----

-----Foi presente a acta número vinte e três, da reunião ordinária do Executivo de vinte e um de Novembro de dois mil e sete, cujo texto foi previamente distribuído por todos os membros, para rectificação e posterior aprovação.-----

-----Dispensada a sua leitura e feitas as devidas alterações, foi a mesma aprovada por maioria, com uma abstenção.-----

-----Absteve-se o Senhor Vereador António Graça Silva, por não ter estado presente na referida reunião.-----

-----II - **SECÇÃO DE CONTABILIDADE E PATRIMÓNIO**-----

-----**ASSUNTO: APROVAÇÃO DOS DOCUMENTOS RECTIFICADOS DOS FLUXOS DE CAIXA DE 2004**-----

-----Foi presente informação da Secção de Contabilidade e Património, datada de dezanove de Novembro de dois mil e sete, que se apensa a esta acta (**anexo I**), solicitando a aprovação dos documentos rectificadados dos Fluxos de Caixa de 2004.-----

-----O Senhor **Vereador António Silva** referiu que tinham sido detectados erros nos registos de alguns fluxos de caixa, procedendo-se à sua correcção e que os documentos justificativos tinham que ser submetidos à aprovação do Executivo e da Assembleia Municipal, para posteriormente serem remetidos ao Tribunal de Contas.-----

-----A Câmara deliberou, por maioria, com duas abstenções, aprovar e submeter à Assembleia Municipal, de acordo com a alínea a), do n.º 6, do art. 64.º, da Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, os documentos rectificadados dos Fluxos de Caixa de 2004. -----

-----Abstiveram-se os Senhores Vereadores Rui Correia e Hélder Bruno. -----

-----III - ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE DOENTES DE PARKINSON-----

-----ASSUNTO: DIVULGAÇÃO E PEDIDO DE APOIO-----

-----Foi presente ofício datado de dezanove de Novembro de dois mil e sete, proveniente da Associação Portuguesa de Doentes de Parkinson, referindo que necessitando na grande maioria de um espaço físico para o seu funcionamento e possibilitar o exercício de algumas actividades, como a Fisioterapia especializada em Parkinson, atendendo a que estamos face a uma doença crónica, degenerativa que afecta toda a estrutura muscular, sendo apenas necessária 1 sala para fazer face a esta terapia, solicitam apoio para a criação desse espaço, considerando ser de grande utilidade para todos poder ser possível uma Delegação a funcionar por Distrito. -----

-----O Senhor Presidente referiu, que a situação financeira da Autarquia não permite de momento contribuir para esta causa. -----

-----IV - SECÇÃO DE OBRAS PARTICULARES-----

-----ASSUNTO: EMISSÃO DE CERTIDÃO DE DESTAQUE-----

-----Requerente: Alirio José Antunes de Almeida-----

-----Foi presente o requerimento número 1241, datado de catorze de Novembro de dois mil e sete, em nome de Alirio José Antunes de Almeida, solicitando o destaque de uma parcela de terreno, localizada fora dos perímetros urbanos, de acordo com o PDM em vigor. -----

-----A parcela de terreno a destacar possui uma área de 21.603.00m², ficando com uma área sobante de 14.103.00m². Assim sendo e em

conformidade com a legislação em vigor, nomeadamente o ponto 5 do art. 6.º do D.L. n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com as alterações introduzidas pelo D.L. n.º 177/01, de 4 de Junho e o ponto 2 do art. 17.º do CAP. III do Regulamento Municipal de Administração Urbanística e de Edificação do Concelho de Celorico da Beira, a parcela de terreno a destacar, cumpre cumulativamente as seguintes condições: -----

-----Na parcela destacada só seja construído edifício que se destina exclusivamente a fins habitacionais e que não tenha mais de dois fogos; ----

-----Na parcela restante respeite a área mínima fixada no projecto de intervenção em espaço rural em vigor ou, quando aquele não exista, a área de unidade de cultura fixada nos termos da lei geral para a região respectiva. -----

-----A contagem do ónus do não fraccionamento de outra parcela, do mesmo prédio, decorre no prazo de 10 anos e inicia-se a sua contagem após o registo predial sobre as parcelas resultantes do destaque, de acordo com o ponto 7 do artigo 6º do D.L. n.º 555/99 de 16 de Dezembro com as alterações introduzidas pelo D.L. n.º 177/01 de 4 de Junho. -----

-----**Após análise e de acordo com o parecer dos Serviços Técnicos a Câmara deliberou, por unanimidade, deferir a pretensão do requerente.** -----

-----**ASSUNTO: CERTIDÃO DE DISPENSA DE UTILIZAÇÃO**-----

-----**Requerente: João Paulo dos Santos Gomes**-----

-----Foi presente o requerimento n.º 1276, datado de vinte e um de Novembro de dois mil e sete, em nome de João Paulo dos Santos Gomes, pretendendo o requerente que lhe seja emitida uma certidão de dispensa de licença de utilização, para um edifício, sito na Rua da Misericórdia, freguesia de Santa Maria, inscrito sob o artigo matricial número trezentos e oitenta e três, por o mesmo ter sido construído antes de mil novecentos e cinquenta e um e não ser exigida licença de habitação, pelo facto de ter

sido construído antes da data da aprovação do Regulamento das Edificações Urbanas, de acordo com o parágrafo único do artigo 1º do RGEU, o qual só se aplicou a este local por deliberação municipal de vinte e sete de Março de mil novecentos e oitenta e um. -----

-----De acordo com o parecer dos Serviços Técnicos, o Fiscal Municipal deslocou-se ao local verificando que o mesmo terá sido executado antes da publicação do R.G.E.U. No entanto na certidão de teor emitida pelo Serviço de Finanças de Celorico da Beira, descreve que a edificação foi inscrita na matriz em mil novecentos e oitenta e sete. -----

-----**Sendo que a informação do Fiscal Municipal refere que o prédio a que o requerente se refere terá sido executado antes de mil novecentos e cinquenta e um, a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a petição do requerente.** -----

-----**V - GABINETE DE ACÇÃO SOCIAL** -----

-----**ASSUNTO: ACÇÃO SOCIAL ESCOLAR** -----

-----Foi presente informação do Gabinete de Acção Social, datada de vinte e nove de Novembro do corrente ano, referindo que no dia dezanove de Novembro deu entrada no Município o boletim de candidatura da Senhora Ana Bela Queiriz Pinto, residente na freguesia da Ratoeira, solicitando auxílios económicos (manuais escolares) do seu educando, que se encontra a frequentar o 5.º ano, com um custo de 46,04€. -----

-----Apurou-se junto da EB 2,3 Sacadura Cabral que ao educando em questão foi concedido o escalão A pelo SASE, obtendo diversos manuais, tendo ainda que adquirir os manuais de Educação Visual Tecnológica, Educação Musical e Inglês no valor mencionado. -----

-----O agregado familiar auferir como único rendimento a prestação social de subsídio de desemprego no valor mensal de 222,60€. Perante os baixos rendimentos apresentados pelo agregado, este confronta-se com dificuldades financeiras. -----

-----O Senhor **Vereador José Luís Cabral** referiu que atendendo ao facto, de estarem perante um agregado familiar carenciado, propõe que seja atribuído o apoio económico solicitado, sendo de opinião que no futuro estas situações sejam enquadradas noutros critérios a definir pelo Executivo. -----

-----A Câmara deliberou, por unanimidade, atribuir apoio económico à Senhora Ana Bela Queiriz, residente na freguesia da Ratoeira, para a aquisição de manuais escolares para o seu educando no montante de 46,04€. -----

-----**ASSUNTO: REDUÇÃO DE COMPARTICIPAÇÕES DE CRECHE/ATL/COMPONENTE DE APOIO À FAMÍLIA** -----

-----Foi presente informação do Gabinete de Acção Social, datada de vinte e sete de Novembro de dois mil e sete, referindo que após análise dos processos inscritos nas valências de Creche, ATL e Componente de Apoio à Família e de acordo com o Regulamento Creche/ATL/Componente de Apoio à Família de Sta Luzia, artigo 12.º, n.º 2 – Situações Excepcionais de Carência, propõem o enquadramento de alguns processos. -----

-----São consideradas situações excepcionais todos os agregados familiares que auferam uma capitação igual ou inferior a 150,00€. Assim os agregados familiares que auferam uma capitação igual ou inferior a 100,00 €, pagarão 20,00€, mais 4,00€ para transportes quando solicitado; -----

-----Os agregados familiares que auferam uma capitação igual ou inferior a 150,00€, pagarão 25,00€, mais 5,00€ para transporte quando solicitado. --

-----A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar as situações excepcionais e respectivas comparticipações para os processos inscritos nas valências de Creche, ATL e Componentes de Apoio à Família de Santa Luzia, constantes da listagem em anexo (anexo II). ----

-----**ASSUNTO: APOIOS CONCEDIDOS PELA ACÇÃO SOCIAL ESCOLAR**-----

-----Foi presente informação do Gabinete de Acção Social, datada de vinte e oito de Novembro do corrente ano, referindo que no decorrer da análise dos processos relativos à Acção Social Escolar, para a concessão de apoio na aquisição de livros escolares, verificou-se o enquadramento dos processos no respectivo escalão, após o estudo da situação sócio-económica do agregado familiar, através da aplicação do Regulamento de Acção Social Escolar, artigo 3º Auxílios Económicos. -----

-----Sendo que, os escalões definidos no Regulamento de Acção Social Escolar, em vigor, são o escalão A (capitação até 181,23€) corresponde a isenção e ao B (capitação de 181,24€ até ao Salário Mínimo Nacional) pagamento de 50% do valor. -----

-----Processo analisado: Miguel Ângelo Veiga Alves. -----

-----De acordo com o artigo 9.º do Regulamento de Acção Social Escolar – Situações de Exclusão, consideram-se excluídos os agregados que exibam sinais exteriores de riqueza não consonantes com a declaração de rendimentos apresentada. De acordo com o artigo 9.º considera-se excluída a solicitação efectuada pela encarregada de educação Carla Alexandra Saraiva Sebastião de Jesus, residente na Quinta do Monte Verão – Rapa, para apoio alimentar e auxílios económicos (livros escolares) da sua educanda Alexandra Saraiva de Jesus. -----

-----**Com base na informação do Gabinete de Acção Social, a Câmara deliberou, por unanimidade, conceder apoio na aquisição de livros escolares, o aluno Miguel Ângelo Veiga Alves, do escalão A (capitação até 181,23€) corresponde a isenção.** -----

-----**ASSUNTO: BOLSAS DE ESTUDO - ANO LECTIVO 2007/2008**-----

-----Foi presente informação do Gabinete de Acção Social, datada de vinte e sete de Novembro de dois mil e sete, referindo que após a abertura do concurso para a concessão de Bolsas de Estudo através do Aviso n.º 84/2007, de treze de Novembro de dois mil e sete, deram entradas na Câmara Municipal cinco processos de candidatura.-----

-----**Após análise das candidaturas apresentadas, a Câmara deliberou, por unanimidade, atribuir as bolsas de estudo para o ano lectivo 2007/2008, aos alunos João Paulo Figueiredo Marques e Francisco José Freixinho de Almeida, com base no artigo 11º do Regulamento para concessão de Bolsas de Estudo.**-----

-----**ASSUNTO: TRANSPORTE ESCOLAR**-----

-----Foi presente informação do Gabinete de Acção Social, datada de dezasseis de Novembro de dois mil e sete, referindo que no dia 15 de Novembro dirigiu-se ao Gabinete de Acção Social a Senhora Maria Teresa Loureiro Almeida, a fim de solicitar transporte escolar (da Quinta da Pereira – Minhocal para a EB 2,3 de Celorico da Beira), para a sua educanda Ana Maria Almeida Costa, tal como em anos anteriores. Foi de imediato comunicado à mesma que a autarquia com a sua rede de transportes já estabelecida para o ano lectivo 2007/2008 não consegue garantir este transporte, com os seus próprios meios. -----

-----Face a esta situação foi estabelecido, pela autarquia um contacto com a Associação Social Desportiva, Recreativa, Cultural do Minhocal de modo a assegurar o transporte da Quinta da Pereira para a paragem do autocarro do Minhocal, tendo o Senhor Presidente da mesma Associação, informado que não lhes é possível efectuar o transporte, pelo facto de não ter pessoal, para o horário pretendido, já que garante o transporte diário das crianças do Maçal do Chão e Minhocal, para a Escola EB1 do Baraçal. -----

-----Não havendo resposta positiva por parte das entidades, foi contactado o taxista da localidade mais próxima, o Senhor Henrique

Fonseca do Maçal do Chão, dando um orçamento do custo diário no valor de 13.00€, mas o mesmo só poderá efectuar o transporte a partir de Janeiro. -----

-----Foi também solicitado passe escolar, do Minhocal para a EB 2,3 Sacadura Cabral, ficando o mesmo no valor mensal de 49,56€, pelo facto de ter enquadramento em escalão A. -----

-----O Senhor **Vereador José Luís Cabral** esclareceu que o Gabinete de Acção Social estuda e analisa todas estas situações e tenta enquadrá-las nos regulamentos existentes, pese embora, não possa descurar a situação sócio-económica dos requerentes. -----

-----O Senhor **Presidente da Câmara** disse que estes casos deveriam ser analisados de acordo com o que o regulamento define. -----

-----O Senhor **Vereador Rui Correia** disse que existe um Regulamento e assim sendo, o Gabinete de Acção Social terá que informar quais os casos que não se enquadram no Regulamento, mas perante este que se analisa, não podem deixar de se sensibilizar com tal situação. -----

-----**A Câmara deliberou, por unanimidade, conceder o transporte à aluna Ana Maria Almeida Costa, no táxi do Senhor Henrique Fonseca, com um custo diário no valor de 13.00€, bem como o passe escolar no valor mensal de 49,56€.** -----

-----**ASSUNTO: ACÇÃO SOCIAL ESCOLAR**-----

-----Foi presente informação da Secção de Acção Social, datada de vinte e nove de Novembro do corrente ano, referindo que no dia 11 de Outubro deu entrada no Município o boletim de candidatura – acção social escolar da D. Mércia, a fim de solicitar apoio económico para a aquisição de

manuais escolares da sua educanda, que se encontra a frequentar o 10.º ano. -- -----

-----Apurou-se junto da EB 2,3 Sacadura Cabral que à educanda em questão foi concedido o escalão A pelo SASE, obtendo os diversos manuais. Pelo que, é solicitado pela utente um apoio financeiro no valor de 75,61€, para a aquisição de um manual de Português, Filosofia e Inglês. ----

-----O rendimento do agregado familiar em 2006 era proveniente de prestações sociais e trabalho. Assim, o elemento 1 auferia a prestação de subsídio de desemprego desde 10/01/2005, no valor diário de 8,66€, estando actualmente integrada num Programa Ocupacional Subsidiado na IPSS de Vila Boa do Mondego, que lhe permite auferir mais 20% sob o valor mensal de (228,62€); os elementos 2 e 3 auferem uma pensão de orfandade no valor mensal de 69,05€ cada um; o elemento 4 auferiu 2.683,39€ proveniente de trabalho dependente. -----

-----Assim, perante os rendimentos apresentados em 2006, o agregado familiar auferiu um rendimento per capita mensal no valor de 92,43€. -----

-----Tendo em consideração a solicitação da requerente, o Gabinete de Acção Social procurou enquadrar o mesmo no Regulamento de Acção Social Escolar. Não sendo este enquadramento possível, visto que, no Regulamento de Acção Social Escolar, artigo 3º Auxílios Económicos, apenas serão subsidiados os manuais escolares do ensino básico.-----

-----Para não existir dualidade de critérios, o **Senhor Presidente da Câmara** propôs que o teor da deliberação seja em conformidade com as anteriores.-----

-----**A Câmara deliberou, por unanimidade, atribuir apoio económico à Senhora Mércia da C.P. Almeida, para a aquisição dos manuais escolares da sua educanda no montante de 75,61€.**-----

-----**ASSUNTO: PEDIDO DE APOIO FINANCEIRO** -----

-----Foi presente informação do Gabinete de Acção Social, datada de vinte e nove de Novembro de dois mil e sete, referindo que conhece e tem acompanhado o trabalho realizado pela Associação de Melhoramentos de Celorico Gare. -----

-----Assim, informam que as crianças do Pré Escolar e 1.º ciclo de Celorico Gare, têm vindo a utilizar o espaço da referida Associação, para almoçarem, sendo utilizada uma sala para as refeições e a cozinha para a lavagem da louça. -----

-----Face à solicitação da Associação requerente informa-se que, esta situação já se passou no ano lectivo 2006/2007, continuando a ser utilizado o mesmo espaço, no ano lectivo 2007/2008. Referem ainda que os alunos estão a passar muito frio. -----

-----A proposta do Gabinete de Acção Social, é de se utilizarem os aquecedores a gás da Associação, uma hora à refeição e cerca de duas horas nas actividades. Face à situação exposta, e sendo o espaço da Associação utilizado para apoio à Educação, que é da responsabilidade do Município, o Gabinete de Acção Social considera importante que se colabore com a referida Associação no pagamento do gás para os aquecedores (ano lectivo 2007/2008) e de uma comparticipação de 500,00€ para o pagamento da electricidade, já que a electricidade gasta no ano transacto não foi de uso exclusivo para com as crianças, mas também para actividades da Associação.-----

-----O Senhor **Vereador Hélder Bruno** disse que, em sua opinião, no caso de haver outras instituições que também prestem este tipo de serviços e na eventualidade de o poderem fazer, que alarguem o apoio a outras.-----

-----**A Câmara deliberou, por unanimidade, atribuir o montante de 500,00€ para comparticipação das despesas com a electricidade gasta nas instalações referenciadas.** -----

-----**ASSUNTO: ACÇÃO SOCIAL ESCOLAR**-----

-----Foi presente informação do Gabinete de Acção Social, datada de vinte e nove de Novembro de dois mil e sete, referindo que foi apresentado pelo encarregado de educação, a candidatura a apoio alimentar para o ano lectivo de 2007/2008 das crianças Joana e Catarina Margarido. -----

-----A situação sócio-familiar deste agregado, que vive com grandes dificuldades financeiras, é composto pelo pai, mãe (encontrando-se estes na situação de desempregados) e duas filhas, e para fazerem face às despesas correntes, necessitam da ajuda de familiares.-----

-----De acordo com a declaração de rendimentos de 2006, o agregado familiar auferiu um rendimento per capita no valor de 77,58€, rendimento que não permite ao agregado satisfazer as suas necessidades. -----

-----Face à situação familiar exposta o Gabinete de Acção Social considera que as refeições devem ser fornecidas às educandas, garantindo assim uma alimentação adequada e equilibrada às menores.-----

-----**A Câmara deliberou, por unanimidade, efectuar o pagamento das refeições às menores Joana e Catarina Margarido, durante o ano lectivo de 2007/2008.**-----

-----**VI - GABINETE JURÍDICO**-----

-----**ASSUNTO: CONVITE PARA APRESENTAÇÃO DE PROPOSTAS - CEDÊNCIA EDIFÍCIO DO ANTIGO MERCADO DE GADO**-----

-----Foi presente informação do Gabinete Jurídico referindo que na sequência do procedimento de convite para apresentação de propostas enviado a cinco entidades para a adjudicação da cedência do Antigo Mercado de Gado, nomeadamente: Planicôa, Cooperativa de Planeamento e Desenvolvimento Rural, Local e Regional, C.R.L.; Latecma; Livraria e Papelaria Zenith; Constroceloricense e Nova Vangua, Gestão e Tratamento de Roupas, Lda. Os critérios de adjudicação são os constantes do convite

remetido e apenas a última entidade foi a que respondeu dentro do prazo estipulado, preenchendo todos os requisitos. Assim e face à proposta apresentada, a adjudicação para a cedência do Antigo Mercado de Gado deve proceder-se ao concorrente admitido “Nova Vangua, Gestão e Tratamento de Roupas, Lda.” -----

-----**A Câmara deliberou, por unanimidade, com base nos critérios de adjudicação, ceder o edifício do Antigo Mercado de Gado à empresa “Nova Vangua, Gestão e Tratamento de Roupas, Lda.”, por a mesma preencher os requisitos necessários.** -----

-----**ASSUNTO: PROCESSO DE CONTRA-ORDENAÇÃO (GAB. TÉCN. FLORESTAL) - FERNANDO TAVARES PEREIRA – RESPOSTA**-----

-----Foi presente carta do Senhor Fernando Tavares Pereira, o qual dá resposta escrita relativamente ao processo de contra ordenação C.O.nº.66/2007, que lhe foi instaurado pelo gabinete técnico florestal, alegando não ter praticado a infracção que lhe é imputada. -----

-----O Senhor **Presidente da Câmara** considerou inaceitável a acusação feita na resposta escrita, porque o procedimento administrativo é idêntico para todos. -----

-----O Senhor **Vereador António Silva** disse que o conteúdo da resposta escrita tem cariz político e como tal, vai escrever ao Senhor Fernando Tavares Pereira pedindo esclarecimentos relativamente ao ponto 3. Disse ainda que, com base no documento que deu entrada no município, irá mover-lhe um processo. -----

-----**A Câmara tomou conhecimento.** -----

-----**VII - DIVISÃO DE PLANEAMENTO E URBANISMO** -----

-----**ASSUNTO: PEDIDO DE SUBSÍDIO - REPARAÇÃO DE ALTARES**-----

-----Foi presente uma informação da Secção de Obras Municipais referindo que a Comissão Fabriqueira de Vila Boa do Mondego solicita um subsídio no valor de 6 500,00€, destinados à recuperação dos altares e nichos laterais da Igreja da Freguesia, visto encontrarem-se bastante degradados. As obras já foram iniciadas e devido ao mau estado das peças de madeira, mesas e frontais há a necessidade de se proceder à sua substituição. -----

-----O Senhor **Vereador António Silva** disse que esta Autarquia está também em dificuldades financeiras e por isso terão que estipular um plano de pagamentos em conjunto com a Comissão Fabriqueira.-----

-----**A Câmara deliberou, por unanimidade, atribuir um subsídio no valor de 4 500,00€ para reparação dos altares da Igreja da Freguesia de Vila Boa do Mondego, bem como estabelecer um plano de pagamento com a Comissão Fabriqueira.**-----

-----**VIII - PUBLICAÇÃO DE ESTUDO SOBRE A CÂMARA MUNICIPAL DE CELORICO DA BEIRA**-----

-----Foi presente um ofício em nome de Márcio Barbosa, datado de 27 de Novembro do corrente ano, solicitando ao executivo municipal a possível publicação do trabalho de investigação sobre a Câmara Municipal, intitulado “Câmara Municipal de Celorico da Beira: infra-estruturas e desenvolvimento – 1950/1974”. Para tal, foram solicitados orçamentos para a publicação do trabalho, às empresas gráficas “Eden Gráfico,SA”; “Novelgrafica” e “Imprensa de Coimbra, Lda”, sendo esta última a mais vantajosa. Abdicando de qualquer proveito financeiro sobre a publicação e venda da obra (cujo preço unitário, a definir, deverá ser concordante com a dimensão da obra e a realidade económico-cultural deste concelho), propõe que as receitas a obter venham a reverter para uma instituição de carácter

sócio-cultural, sem fins lucrativos, e se possível deste concelho, a sugerir a seu devido tempo, por ele próprio. Propõe também que a apresentação pública deste trabalho seja feita por ocasião do Dia do Município, em evento a realizar segundo as normas protocolares e para o qual se convidariam figuras de relevo na respectiva área de investigação histórica. -

-----O Senhor **Vereador Hélder Bruno** disse que este trabalho é uma mais valia e que é pena que não se façam mais trabalhos destes no concelho. Outros deveriam seguir estas linhas de investigação, para que surgissem mais trabalhos. É de louvar a posição assumida pelo autor, ao abdicar de qualquer proveito financeiro conforme consta no ofício enviado. -

-----A Câmara deliberou, por unanimidade, adquirir à empresa gráfica “Imprensa de Coimbra, Lda.” 1000 exemplares no valor de 840€, acrescido de IVA à taxa de 5%. -----

-----**IX - GABINETE TÉCNICO FLORESTAL**-----

-----**ASSUNTO: 3.ª CONVOCATÓRIA - PREVENÇÃO DE INCÊNDIOS II**
- PROJECTO: BIN SAL PREVENÇÃO DE INCÊNDIOS-----

-----Foi presente informação interna do Gabinete Técnico Florestal datada de 29 de Novembro do corrente ano, que se apensa a esta acta (**anexo III**) informando que, relativamente ao Projecto BIN/SAL prevenção de incêndios II SP3.P38/03 foi solicitada uma reformulação tendo sido aceite nos termos da tabela em anexo. Das acções aprovadas encontra-se concluída a acção “Equipamento individual de combate a incêndios (60)”. Existindo no concelho várias equipas de combate a incêndios, nomeadamente: 1 equipa Agris Municipal, 1 equipa de Sapadores Florestais Municipal, 2 equipas de Sapadores Florestais da Celflor constituídas cada uma por 5 elementos e equipas de Bombeiros, vem propor a distribuição do referido equipamento. -----

-----**A Câmara deliberou, por unanimidade, distribuir o equipamento pelas várias equipas de combate a incêndios, que existem no concelho a saber: 1 equipa Agris Municipal, 1 equipa de Sapadores Florestais Municipal, 2 equipas de Sapadores Florestais da Celflor constituídas cada uma por 5 elementos e equipas de Bombeiros.**-----

-----**CRIAÇÃO DE EQUIPAS DE INTERVENÇÃO PERMANENTES (EIP'S)**-----

-----Foi presente informação do Gabinete Jurídico informando que foi solicitado ao gabinete a análise do modelo de protocolo a estabelecer entre o Município, uma Associação Humanitária do Concelho e a ANPC. Da leitura do modelo de protocolo apresentado, resulta não existir obstáculo formal à sua aprovação.-----

-----Ausentou-se da sala o Senhor **Vereador José Luís Saúde Cabral** não participando na votação, por fazer parte da Assembleia Geral dos Bombeiros Voluntários de Celorico da Beira.-----

-----**A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar o modelo de protocolo a estabelecer entre o Município, uma Associação Humanitária do Concelho e a ANPC.**-----

-----O Senhor Vereador José Luís Saúde Cabral, regressou à sala retomando os trabalhos. -----

-----**LOJA N.º 13 SITA NO MERCADO MUNICIPAL**-----

-----Foi presente informação da Secção de Expediente de Taxas e Licenças, referindo que após ter sido feito um aviso para a arrematação da citada loja, sita no Mercado Municipal, e não terem comparecido interessados, foi solicitado ao Fiscal Municipal a abertura de uma nova arrematação por um valor inferior. -----

-----**A Câmara deliberou, por unanimidade, a abertura de nova arrematação, para a loja nº. 13, sita no Mercado Municipal e com a base de licitação de 540,00€/ano correspondendo a 45,00€/mês.**-----

-----**LOJA N.º 33 SITA NO MERCADO MUNICIPAL**-----

-----Foi presente informação da Secção de Expediente de Taxas e Licenças, referindo que após ter sido feito um aviso para a arrematação da citada loja, sita no Mercado Municipal, e não terem comparecido interessados, foi solicitado ao Fiscal Municipal a abertura de uma nova arrematação por um valor inferior. -----

-----**A Câmara deliberou, por unanimidade, a abertura de nova arrematação, para a loja nº. 33, sita no Mercado Municipal e com a base de licitação de 420,00€/ano correspondendo a 35,00€/mês.**-----

-----**IGREJA PAROQUIAL DA RATOEIRA**-----

-----Foi presente ofício do Pároco da freguesia da Ratoeira, datado de 10 de Outubro do corrente ano, referindo que os altares da igreja paroquial da freguesia estão a necessitar de obras urgentes de conservação e restauro, pelo que a Comissão Fabriqueira solicita um apoio monetário para a execução dos trabalhos, uma vez que a obra está orçada em mais de quarenta mil euros e a igreja só tem um quarto desse montante. -----

-----**A Câmara deliberou, por unanimidade, solicitar a apresentação de orçamentos à Comissão Fabriqueira da Igreja, a fim do Executivo poder elaborar um plano de pagamentos.**-----

-----**AVISO N.º 89/2007**-----

-----Foi presente o aviso referenciado em epígrafe dando conhecimento da alteração dos dias de mercado semanais em virtude de nos dias

estipulados para a sua realização, serem coincidentes com Feriados Nacionais, passando o mercado a ter lugar nos dias 24/12/2007 e 31/12/2007.-----

-----**MAPA DE OBRAS PARTICULARES**-----

-----A Câmara tomou conhecimento do mapa número quinze, de dois mil e sete, elaborado pela Secção de Obras Particulares, contendo a relação, dos despachos, que recaíram sobre as obras de edificação, anexo à presente acta, ficando dela a fazer parte integrante (**anexo IV**).-----

-----**APROVAÇÃO DA ACTA EM MINUTA**-----

-----A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar esta acta em minuta, nos termos do número três, do artigo noventa e dois, da Lei número cento e sessenta e nove, barra, noventa e nove, de dezoito de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei número cinco - A, barra, dois mil e dois, de onze de Janeiro, para imediata execução das deliberações nela contidas.-----

-----**ENCERRAMENTO**-----

-----Eram dezoito horas e trinta minutos e nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente deu por encerrada a reunião, da qual para constar se lavrou a presente acta, que vai ser assinada, pelo Senhor Presidente e por mim, Margarida Maria Gonçalves Amaro, que a secretariei. -----